

<http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2015v27n44p24>

POLÍTICAS ESPORTIVAS DO TERCEIRO SETOR NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL: uma análise do projeto Córrego Bandeira

Jorge Luis D'Ávila¹
Christiane Caetano Martins Fernandes²

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo discutir sobre a atuação do Terceiro Setor nas políticas de esporte e lazer no estado de Mato Grosso do Sul (MS), por meio da parceria firmada entre a Universidade Federal de MS e o Instituto Ayrton Senna, o que resultou no Projeto “Córrego Bandeira”. O método de investigação para alcançar o objetivo proposto é o materialismo histórico dialético. Constata-se que as políticas públicas, no âmbito esportivo executadas pelo terceiro setor são ações fragmentadas e focalizadas, que se utilizam do trabalho precário principalmente dos acadêmicos do curso de educação física.

Palavras-chave: Terceiro Setor; Políticas de esporte de lazer; Estado; Educação Física

1 Doutor em Educação. Professor da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul / Mato Grosso do Sul, Brasil.
E-mail: davilajorgeluis35@gmail.com

2 Mestre em Educação. Professora da Educação Básica do município de Campo Grande / Mato Grosso do Sul, Brasil.
E-mail: christianecmferrnandes@gmail.com

INTRODUÇÃO

No início do século XXI, os projetos sociais desenvolvidos por Organizações não governamentais (ONG's), fundações, associações, instituições vinculadas a grandes empresas, entre outras, chamados Terceiro Setor, tiveram um aumento significativo no Brasil. Dentre esses projetos, se encontram os projetos esportivos, atividade física e de lazer, como por exemplo, o projeto "Córrego Bandeira", com o objetivo de promover a educação e a "inclusão social" de crianças e jovens que se encontram em "vulnerabilidade social".

A partir da intensificação das ações promovidas pelo chamado Terceiro Setor, houve também um aumento no número de análises que são realizadas sobre a temática. Porém, Montaño (2010, p.51) nos chama a atenção para o fato de que tais análises desconsideram alguns processos importantes para a compreensão desse fenômeno tais como: a reestruturação produtiva, a reforma do Estado bem como as transformações do capital promovidas segundo os postulados neoliberais.

A problemática anunciada é uma realidade que também está presente no campo da educação física, tendo em vista a problematização em torno da atuação do terceiro setor nas questões esportivas. Isso acontece "[...] apesar da área ser profícua em exemplos da incidência das teses neoliberais de terceira via nas políticas públicas de esporte e lazer" (MELO, 2007, p. 33).

Segundo Montaño (2010), a perspectiva de análise desse seguimento da

sociedade civil deve ter com ponto de partida a totalidade da sociedade regida pelo capital em conexão com o projeto neoliberal. Os projetos do terceiro setor devem ser compreendidos a partir do "Consenso de Washington", que determinaram aos países latino americanos uma ofensiva contra o trabalho, a "reforma do Estado e a reestruturação produtiva". Sendo assim, a compreensão desse movimento vai além da vontade de setores da sociedade civil que visam à solidariedade individual e local ou "[...]a suposta sensibilidade do empresário, a organização cidadã etc., mas as lutas de classes, latentes ou manifestas, e determinadas a partir dos interesses, claramente contrapostos, entre o grande capital e o trabalho" (MONTAÑO, 2010, p. 52).

Melo (2007) entende que as intervenções desse setor nas diversas áreas sociais não são entendidas como políticas públicas e sim como projetos sociais, expressão "genérica" e "abstrata".

A própria abstração representada pela expressão "social" contempla essa tarefa aparentemente despolitizada. Um "social" completamente desvinculado de uma dimensão política e menos ainda influenciado por qualquer dimensão econômica. Uma dimensão da vida humana que pairaria no ar, sem qualquer determinação de outra natureza (MELO, 2007, p. 33).

Desta forma, o objetivo desse texto é analisar as estratégias utilizadas pelos intelectuais orgânicos³, representantes do terceiro setor, que se utilizam do esporte

3 "[...] Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então; mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais" (GRAMSCI, 1968, p. 07).

com o intuito de promover a “inclusão social”, o ensino de valores, atitudes e normas dos participantes do projeto anteriormente mencionados.

Contudo, neste ensaio abordaremos o “Projeto Córrego Bandeira” que é uma parceria do Instituto Ayrton Senna (IAS) no Programa Educação pelo Esporte com a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). O mesmo é coordenado por um professor do Departamento de Educação Física da referida instituição de ensino superior que tem como incumbência selecionar acadêmicos dos cursos de Educação Física, Música, Química, Pedagogia e Psicologia para desenvolverem atividades de cunho esportivo e educacional com os participantes do projeto. (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2013).

Cabe considerar que a relação entre Universidade, empresa e o Estado é defendida por Silva; *et.al.*, (2006). Para os autores, as ações acadêmicas em prol da responsabilidade social atendem as “necessidades empresariais” com o aval dos gestores onde as parcerias são estabelecidas. Afirmam também que o papel da universidade é formar, [...] agentes multiplicadores das ações de inovação e mudança, que os governos contribuam com a criação, o aperfeiçoamento e a consolidação de políticas públicas, com mecanismos de fomento a essas ações, e que as empresas integrem, com base na responsabilidade social, os projetos de desenvolvimento como parcerias dos dois outros atores (SILVA, *et.al.*, 2006, p. 168).

Mediante a esse planejamento, a universidade deve contribuir para a formação de professores de educação física que possam atuar no mercado do esporte e lazer sob a ótica empresarial brasileira, o

que é fundamental para a manutenção de negócios com responsabilidade social e a perpetuação do projeto neoliberal. Esse tipo de formação é necessária, pois, “[...] existe uma demanda reprimida por profissionais capazes de assumir o papel de protagonistas em projetos de desenvolvimento, como empreendedores cívicos, que venham a interferir decisivamente no processo local de mudança” (SILVA; *et.al.*, 2006, p. 170).

Os professores devem acreditar que a educação é a “mola mestra” para “o crescimento econômico e social, promovendo a geração do conhecimento, da competitividade, da cooperação e, conseqüentemente, da geração de novos postos de trabalho e desenvolvimento” (SILVA; *et.al.*, 2006, p. 170).

Em defesa dessa ideologia, o Projeto “Córrego Bandeira” intenta “criar oportunidades para que as crianças e jovens desenvolvam competências Cognitivas, Pessoais, Sociais e Produtivas”. Pretende também, solucionar os problemas educacionais, bem como enfrentar os desafios sociais brasileiros para que ocorra o desenvolvimento humano. Vale dizer, que no ano de 2011, tal projeto atendeu 160 crianças e adolescentes na faixa etária de 5 a 13 anos, com renda familiar inferior a dois salários mínimos que residem no município de Campo Grande, e mais 4.110 no âmbito do estado de MS (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2013).

Diante desses dados elencamos o seguinte questionamento: Qual a ideologia presente nas ações desenvolvidas pelo terceiro setor no âmbito esportivo? Para responder tal indagação, adotamos como método de investigação o materialismo histórico dialético, uma vez que as categorias totalidade e contradição servem de alicerce para a discussão das políticas sociais no campo da educação física. Isso, porque, tal

referencial busca o processo de compreensão radical da natureza histórica do homem, de forma que ser radical “[...] é agarrar as coisas pela raiz e raiz para o homem é o próprio homem” (MARX, 1993, p. 86). Além de ser imprescindível ao trabalho científico, na medida em que deixa o campo da especulação e se detém ao campo do real, do concreto, como condição previa e efetiva.

O caráter ideológico do terceiro setor no campo da Educação Física

A interferência do chamado terceiro setor nas questões sociais é uma tendência histórica que ultrapassam as fronteiras do país. Esse movimento vem desenvolvendo ações desde os anos de 1980. Segundo Rodríguez *et. al.* (2010, p.6) isso é decorrente da [...] deterioração das economias dos países capitalistas. Pontuamos que o terceiro setor, constitui-se em uma estratégia da terceira via⁴. As autoras apontam que, [...] o terceiro setor emerge como alternativa para o pensamento conservador quando este faz a revisão do papel do Estado na intervenção da economia e decide que nem o Estado pode tudo e também nem o mercado. Assim o terceiro setor assumiria as ações tanto públicas quanto privadas que nem o Estado e nem o mercado sozinhos

poderiam enfrentar, especialmente, a partir dos problemas econômicos decorrentes da crise do modo de produção capitalista na sua fase neoliberal. Assim o Estado transferiria parte de suas ações para a iniciativa privada não estatal (RODRÍGUEZ *et. al.*, 2010, p.6).

Neste contexto, o Projeto “Córrego Bandeira” está inserido no ideário do terceiro setor, pois o IAS por se tratar juridicamente de uma organização não governamental que desenvolve ações no campo do assistencialismo e da filantropia se encontra na esfera da sociedade brasileira entre o mercado e o Estado. (ADRIÃO; PERONI, 2005, p. 142). Além disso, essa entidade é uma das integrantes do “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”.

O Plano supracitado foi criado em 2006 por um conjunto de capitalistas brasileiros⁵ com a missão de “contribuir para a efetivação do direito de todas as crianças e jovens à Educação Básica de qualidade até 2022”. Pretende também, somar esforços e estabelecer pontes entre a iniciativa privada, a sociedade civil organizada e o setor público. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2012, s/p). Segundo o exposto, no site dessa entidade todas as ações executadas são financiadas “exclusivamente” pela iniciativa privada. Isso porque o grupo acredita;

4 “Também chamada de democracia social ou esquerda democratizadora, [e] refere-se ao modo como os partidos de centro-esquerda respondem às mudanças. Verifica-se que a questão crucial permanece a mesma, de ser o centro, assumindo posições em alguns momentos mais à esquerda ou à direita, de propor reformas nos limites do capitalismo e com vistas a fortalecê-lo” (PERONI; *et. al.*, 2009, p. 765).

5 As organizações que financiam as ações do Todos Pela Educação São: Banco Santander, Dpaschoal, Instituto Unibanco, Fundação Itaú, Grupo Gerda, Instituto Camargo Correia, Grupo Suzano, Fundação Bradesco, Faber-Caltell e Itaú BBA. Também são parceiros desse grupo: ABC, Instituto Ayrton Senna, DM9 DDB, Rede Energia, Linhas Aéreas Gol, AMICS, Fundação Victor Civita, Mckinsey&Company, Microsoft, Fundação Santillana, Instituto Paulo Montenegro, Instituto HSBC, Futura, Amigos da Escola, Instituto Natura, Saraiva (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2012, s/p).

[...] ser dever primordial do Estado oferecer Educação de qualidade a todas as crianças e jovens. No entanto, diante da dimensão e importância dessa tarefa e do quadro histórico da Educação Básica no Brasil, somente a ação dos governos não será suficiente para alcançá-la. Para isso, é muito importante que o debate sobre os rumos do setor seja o mais abrangente possível. Somente com a participação dos diversos segmentos da sociedade, reunidos em torno de metas comuns e alinhadas com as diretrizes das políticas públicas educacionais, é que poderemos encontrar as melhores soluções e implementá-las com sucesso. O envolvimento e compromisso de toda a sociedade é condição fundamental para que possamos promover o salto de qualidade que a Educação Básica brasileira necessita (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2012, s/p).

É nessa perspectiva ideológica, que o IAS promove ações que relacionam a educação escolar e o esporte, o que se materializa nos moldes do Programa Educação pelo Esporte, visando manter as ideias burguesas por meio de diversas instâncias sociais “[...] através das quais a classe dominante constrói a própria influência ideal, a própria capacidade de plasmar as consciências de toda a coletividade, a própria hegemonia” (GRUPPI, 2000, p. 68).

Importante enfatizar que os intelectuais, representantes das organizações capitalistas, intensificaram no início do século XXI suas ações sociais, com vistas a legitimar o movimento recente do capitalismo no Brasil. Para Martins (2009) essa ação política assegura a posição de direção da burguesia, com a suposta intenção de solucionar os problemas que as políticas neoliberais geram. As ações sociais empreendidas pelos capitalistas, segundo Martins (2009, p. 2) são necessárias para a “redemocratização

da democracia” e a “repolitização da política” para que surja[...] a nova cidadania, o novo coletivismo, o fortalecimento da nova sociedade civil e a necessidade do ‘Estado gerencial’ (MARTINS, 2009, p. 2).

Vale observar, que esse fenômeno político empresarial é entendido por Neves (2005) como a “nova pedagogia da hegemonia” que se materializou a partir das ações efetivas no Estado e também na sociedade civil no final do século XX e início do século XXI, onde iniciou uma nova dimensão educativa estatal. De acordo com a autora (2010, p. 24) “[...] sua principal característica é assegurar que o exercício da dominação de classe seja viabilizado por meio de processos educativos positivos”. E que, sua efetivação é justificada por uma fundamentação teórica que possibilite a legitimação de iniciativas políticas a partir da organização de grupos de pessoas que defendem que o aparelho estatal não pode atuar em todos os espaços sociais. Daí decorre a necessidade da sociedade civil se responsabilizar pelas mudanças políticas e apontar caminhos para melhorar os problemas sociais (NEVES, 2010).

Neves (2000) salienta que a interferência da classe dominante nas políticas sociais brasileiras não é um fato inédito. No decorrer da história o grupo social que vive da exploração do trabalho alheio, vem atuando no campo social, em especial o esportivo, visando delinear no campo político, seus interesses e objetivos.

Há que se dizer, de acordo com Soares (2012) que a política de corresponsabilidade, como é o caso do IAS e da UFMS no âmbito do projeto “Córrego Bandeira”, não evoluiu no sentido de construir, por parte do Estado, uma rede de proteção para o trabalhador. A garantia dos direitos

sociais, que deveriam pertencer a ele, de acordo com a Constituição Federal, está sendo passada para a iniciativa privada, e assim, “[...] as famílias, a comunidade, as instituições religiosas e filantrópicas, devem responsabilizar-se por ele, numa rede de ‘solidariedade’ que possa proteger os mais pobres” (SOARES, 2012, p. 12, grifo no original).

Martins (2009) e Neves (2005) chamam a atenção para a prática dessas parcerias por dois motivos: O primeiro ponto refere-se ao fato de que essa prática, deve ser entendida como uma política estratégica de dominação “[...] por explicitar que em nome da educação é necessário um ‘pacto social’ ou a ‘coesão social’ e a renúncia de projetos alternativos de educação em favor das proposições empresariais” (MARTINS, 2009, p. 09, grifo no original). O segundo ponto, seria o fato de que no momento em que se estabelece uma política de coresponsabilidade é mascarado a realidade desse movimento. Para Neves (2005) tal ponto tem como objetivo centrar a substituição dos conflitos e contradições entre as classes pela falsa ideia de colaboração e coesão entre a sociedade.

Montaño (2010) em seus estudos, também faz a mesma constatação ao afirmar que as políticas sociais empreendidas pelo Estado possuem características pontuais e compensatórias que tem como objetivo mascarar a pobreza que o modo de produção gera. Sendo, seu maior aliado para o sucesso dessas ações, o terceiro setor, que deve atuar com a suposta pretensão de resolver os problemas sociais brasileiros. Porém, a atuação desse setor esconde os verdadeiros propósitos e esvaziam-se os debates sobre

[...] a anulação da perspectiva de superação da ordem, a precarização do trabalho e do sistema de proteção social (estatal) ao trabalhador e ao cidadão carente, o peso no trabalhador dos custos do ajuste estrutural orientado segundo as necessidades do grande capital (particularmente financeiro) (MONTAÑO, 2010, p. 23).

Deve se ter atenção para os projetos sociais nos moldes do “Córrego Bandeira”, pois eles vêm sendo executados e estão convencendo a sociedade que os interesses da classe dominante em torno das ações sociais são ideais para a formulação de políticas em prol dos interesses dos trabalhadores. Porém faz-se necessário enfatizar que o objetivo maior do referido projeto é manter a hegemonia burguesa “[...] lutando para afirmar uma perspectiva restrita de educação para os trabalhadores brasileiros dentro de um novo conformismo” (MARTINS, 2009, p. 13).

Apesar da clareza que os documentos do IAS expressos no Educação pelo Esporte tem em relação aos benefícios para a nação brasileira, em uma visão dialética o que essa entidade busca, por meio de alianças e parcerias, é a obtenção de um consenso para a perpetuação da dominação de uma classe sobre outra. Isso para Martins (2009) vem ocorrendo por meio das políticas de responsabilidade social que estão sendo usadas “[...] como referência ideológica se articulando politicamente no âmbito da “direita para o social” no trabalho incansável de legitimação do modo de produção da existência capitalista” (MARTINS, 2009, p. 12, grifo no original).

A política de ação social que vem sendo executada por essa entidade vai além de um ato filantrópico. A burguesia nacional, no momento em que executa ações no campo social não está apenas prestando

favores à sociedade, pois, na verdade está buscando retorno econômico por meio da força publicitária que essas ações sociais possuem. Pois, “[...] a empresa-cidadã é aquela que, além de cumprir sua função econômica, trabalha para a melhoria da qualidade de vida de toda a sociedade” (RICO, 1997, p. 62).

Petras (2002) denuncia que os projetos sociais desenvolvidos por parceria público/privado devem ser vistos como um “jogo” onde predomina a força ideológica da dominação de uma classe sobre outra. Uma estratégia bem planejada para limitar e eliminar as lutas dos movimentos sociais por intermédio de programas de desenvolvimento comunitário e familiar de forma que fique a impressão, para o trabalhador, de que não existe conflito entre as classes, e sim uma política de colaboração com o fim de desenvolver o país. Isso se constata-se no trabalho de Petras (2002, p. 66) quando diz que:

[...] Hoje em dia, as fundações das empresas transnacionais, o banco mundial e os impérios euro-americanos investem mais de US\$ 7 bilhões em Ongs para facilitar a sua tarefa de enfraquecer os movimentos que lutam por um desenvolvimento abrangente e contra o sistema atual.

Com essas constatações fica evidente que o IAS apesar de afirmar que realiza suas ações em todo país, no caso de MS, o Projeto “Córrego Bandeira”, com recursos financeiros provenientes de três fontes “dos royalties de licenciamento das marcas Ayrton Senna e Senninha, doados pela família do piloto; as empresas que aportam recursos e a doação de pessoa física”, nesse momento histórico não sobrevivem sem que o Estado disponibilize recursos para suas ações. Isso ocorre apesar das inúmeras críticas que o setor empresarial tece ao

Estado dizendo que o mesmo é ineficiente para gerir o bem público.

Montaño (2007) aponta que a retirada do Estado de algumas funções sociais é um discurso neoliberal que tem como objetivo justificar a presença e o repasse de financeiro ao Terceiro Setor. O referido autor rebate a retração estatal nos gastos sociais apontando dois argumentos,

[...] primeiramente, argumenta-se a escassez, produto da crise capitalista, como justificativa da impossibilidade de ‘manutenção’ da atividade providenciária; porém, sem fazer referência à cada vez maior desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida, nem aos sucessivos recordes de lucratividade das grandes empresas, principalmente do capital financeiro. Em segundo lugar, acrescenta-se a chamada “crise fiscal do Estado”, como uma instituição que gasta mais do que arrecada; tudo isto sem fazer referência aos gastos estatais com pagamento de juros elevados, com o socorro aos Bancos supostamente falidos, com o financiamento e transferência de recursos do Estado para as empresas privadas etc. (MONTAÑO, 2007, p. 2).

Na realidade o Estado encontra-se em crise por conta dos gastos com o capital e não com a aplicação de recursos com as políticas públicas. O discurso neoliberal segundo Montaño (2007) é enfático em afirmar que o terceiro setor deve assumir as políticas sociais, pois, o Estado é “burocrático” e “paternalista” “[...] como se os gastos com o processo burocrático (dos quais o capital sempre se beneficiou e comandou) fosse só negativo (pense-se na garantia dos processos de licitação, concursos públicos etc.)” (MONTAÑO, 2007, p. 2) e ainda apontar o Estado como paternalista “[...] como se fosse ‘paternalista’ a assistência ao

necessitado e a garantia de direitos sociais, mas sem considerar o constante socorro e financiamento ao capital como paternalista” (MONTAÑO, 2007, p. 2).

Assim, o ajuste fiscal e a diminuição de gastos com ações sociais pelo Estado são os estímulos necessários para que o Terceiro Setor e seus empresários empreendam ações nas políticas sociais em especial a educacionais. A atuação do Terceiro Setor deixa o legado ao trabalhador de que a redução da distribuição de renda por meio das políticas públicas passa a ser entendida como uma “passagem” do primeiro setor para a sociedade civil e a perda dos direitos historicamente conquistados passa a ser entendido como aumento da atividade civil (MONTAÑO, 2003, p. 223, grifo no original).

É mister comentar, que existem controvérsias em torno do termo Terceiro Setor. Montañó (2010) questiona até a existência do mesmo. A definição que possui uma coesão entre os autores é que o Terceiro Setor é formado por instituições privadas exercendo funções públicas. Tirando esse problema de entendimento entre os autores, cabe destacar que o Terceiro Setor vem expandindo de forma significativa não só no Brasil, mas também em vários países. Essa emergência é regida pelo discurso neoliberal que tem como eixo central a decadência e a ineficiência do Estado no que diz respeito às ações sociais.

Porém, no momento em que o Estado deixa de exercer suas funções básicas delegando essa responsabilidade a outras esferas da sociedade tais como: as fundações, as associações comunitárias e filantrópicas, as empresas, entre outras organizações da sociedade civil, não ocorre por motivo de eficiência, mas sim, por motivos “políticos-ideológicos”. Pois,

[...] retirar e esvaziar a dimensão de direito universal do cidadão quanto a políticas sociais (estatais) de qualidade; criar uma cultura de autculpa pelas mazelas que afetam a população, e de autoajuda e ajuda mútua para seu enfrentamento; desonerar o capital de tais responsabilidades, criando, por um lado, uma imagem de transferência de responsabilidades e, por outro, a partir da precarização de focalização (não universalização) da ação social estatal e do ‘terceiro setor’, uma nova abundante demanda lucrativa para o setor empresarial (MONTAÑO, 2010, p. 23).

Miranda e Silva (2006) em seus estudos a respeito dos intelectuais favoráveis a essa política esclarece que, para esse grupo, as ações do Terceiro Setor, nos últimos anos se tornaram “[...] extremamente importante, pois é responsável por ajudar a população que se encontra desassistida e esta colaboração, embora de qualidade duvidosa, para quem não tem nada, pode representar tudo”. (MIRANDA; SILVA, 2006, p. 88). Outra questão apontada pelas autoras, seguindo o discurso favorável a esse segmento, se refere ao fato de que ele desenvolve ações sem a preocupação de lucratividade, visto que buscam apenas uma mobilização para fazer o bem à sociedade.

Entretanto, as autoras rebatem essa argumentação a respeito da “não lucratividade”. Em sua visão “[...] dentre os diversos tipos de organizações que afirmam não visar o lucro, percebe-se a pretensão de lucratividade de forma indireta expressa pela isenção de impostos e marketing (no caso de empresas privadas) e pela corrupção, no caso das Organizações não Governamentais (ONGs)” (MIRANDA; SILVA, 2006, p. 88).

A questão da lucratividade embutida nas ações populistas do Terceiro Setor fica comprovada em Montañó (2010) quando o

autor, na busca da perspectiva de totalidade dessa ordem neoliberal, nos mostra que ele não é uma instituição neutra que surgiu simplesmente para exercer o papel do Estado nos locais onde ele deixou de atuar. E ainda segue ao assinalar que a referida instituição teve sua origem nos Estados Unidos para reafirmar o individualismo liberal pautado nos interesses de classe.

No Brasil o Terceiro Setor começou a se tornar hegemônico pela iniciativa de um executivo da Fundação Roberto Marinho, uma das Fundações que compõe o programa Todos pela Educação. Desta maneira seria “[...] ingenuidade pensar que a origem norte-americana do termo e sua relação com instituições ligadas diretamente ao grande capital sejam apenas dados de curiosidade” (MONTAÑO, 2010, 53).

Desta forma, o terceiro setor nasceu pelas mãos dos intelectuais orgânicos a serviço da alta burguesia. Que, no atual momento histórico se mantém hegemônica por conta do “[...] poderio de suas empresas transnacionais, pela força dos aparelhos repressivo-militar, pelos meios de comunicação de massa” (COUTINHO, 2005 p. 126). Juntamente com os intelectuais contrários aos paradigmas do conflito que possibilitaria o nascimento de uma nova lógica coletiva que pudesse a partir das relações sociais eliminar o fetichismo da cidadania em prol de um projeto de transformação social.

Por fim, é necessário dizer que o objetivo das ações idealizadas por esse Setor pretende apenas resolver alguns problemas sociais de forma paliativas. O terceiro setor deve ser definido como prestadores de serviços que o capital necessita para aliviar os conflitos causados pela exploração do trabalhador. Em momento algum, esses

intelectuais questionam ou apresentam soluções definitivas às contradições causadas pelo modo de produção vigente marcado pelo confronto entre as classes.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Diante desses apontamentos é importante mencionar que as políticas públicas de esporte e lazer, realizadas por meio de parcerias entre o público/privado perpassam o caráter filantrópico que as empresas divulgam para sociedade. De acordo com Martins (2005) a interferência do empresariado nas questões sociais

[...] é uma ideologia que expressa o encerramento de crise e tensões hegemônicas e indica novas acomodações políticas e novas movimentações qualitativamente superiores que penetram o campo das políticas de Estado e envolvem todas as frações de classe burguesa, reordenando as relações políticas mais amplas localizadas no interior da sociedade civil (MARTINS 2005, p. 151).

Ainda na visão de Martins, se historicamente os empresários realizavam ações sociais isoladamente e fragmentadas, a partir do século XXI, essa dinâmica se transformou em uma estratégia orgânica da burguesia, organizando o projeto burguês de sociabilidade. Assim segundo o autor, “Trata-se de uma nova perspectiva da atuação educativa da classe burguesa rumo à consolidação de sua condição de dirigente de toda a sociedade” (MARTINS 2005, p. 151).

Para a perpetuação dessa consolidação, os Organismos Multilaterais se propuseram a rever suas estratégias para o

campo social. O Banco Mundial (BM), por exemplo, lança em 2003 um documento denominado “Esporte para o desenvolvimento e paz: em direção à realização das metas de desenvolvimento do milênio”. Esse documento recomenda “[...] a maximização do uso do esporte e sua utilização de maneira sistemática” (ONU, 2003, p. 3).

Desta maneira, a investida do terceiro setor na área da educação física seguem as determinações do Banco Mundial de maneira que

[...] o esporte deve ser usado para promover o voluntariado, especialmente entre os jovens cuja participação é forte indicativo do voluntariado em sua vida futura. O voluntariado fornece benefícios ao indivíduo, tais como auto-satisfação, a aquisição de habilidades, o aumento da compreensão e a integração social (ONU, 2003, p. 13).

Conforme Melo (2007) as políticas públicas, no âmbito esportivo, que são executadas pelo terceiro setor são ações fragmentadas e focalizadas, que se utilizam do trabalho precário principalmente dos acadêmicos do curso de educação física, como é o caso aqui analisado. O papel do Estado e do terceiro setor não pode ser visto como algo natural que surgiu para enfrentar as mazelas sociais e sim como uma estratégia muito bem elaborada e executada que está vinculado ao atual projeto do capital, o neoliberalismo de terceira via.

REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, T.; PERONI, V. Público não-estatal: estratégias para o setor educacional brasileiro. In: ADRIÃO, T.; PERONI, V. (Orgs.). **O público e o privado na educação**: interfaces entre Estado e sociedade. São Paulo: Xamã, 2005.
- COUTINHO, Adelaide Ferreira. **As organizações não-governamentais e a educação básica oferecida aos pobres**: do consenso da oferta à ação privatizante. Tese (Doutorado em Educação). 339 p. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.
- GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal. 2000.
- INSTITUTO AYRTON SENNA. **Educação pelo Esporte**. Disponível em: <<http://www.educacaopeloporte.org.br/>>. Acesso em: 26 jan. 2013.
- MARTINS André Silva. A Educação Básica no Século XXI: o projeto do organismo “Todos pela Educação”. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v.4, n.1, p.21-28, jan.-jun. 2009. Disponível em <<http://www.periodicos.uepg.br/>>. Acesso em 20 de out. de 2012.
- MARTINS, André Silva. Estratégias burguesas de obtenção do consenso nos anos de neoliberalismo da terceira via. In: Lúcia maria wanderley neves. (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. 1ed. São Paulo. Xamã, 2005, v. 1, p. 126-174.
- MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**: Lisboa, 1993.
- MELO, Marcelo Paula. Políticas Públicas de Esporte e Lazer: o papel do poder público e do terceiro setor. In: MAIA Lerson Fernando dos Santos et. al. **Poder Público Terceiro Setor e Controle Social**: interfaces na construção de

- políticas de esportes e lazer. Natal RN, 2007. Disponível em: www.esporte.gov.br/.../esporteLazer/.../politicasPublicas/ Acesso em 20 de fev. 2013.
- MIRANDA, A. B. ; SILVA, M. V. As Novas Configurações do Estado e da Educação Sob as Influências do Terceiro Setor na Contemporaneidade. **Trabalho & Educação** (UFMG), v. 15, p. 85-100, 2006.
- MONTANÕ, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social-Crítica ao Padrão Emergente de Intervenção Social**. São Paulo: Cortez, 2003.
- MONTANÕ, Carlos. **Terceiro Setor e questão social**. Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo, Cortez, 2010.
- _____. **Contraponto**. Entrevista. 2007. Disponível em http://www.uerj.br/arqcomuns/Contraponto_2007.pdf. Acesso em: 4 de set. 2012.
- NEVES, L. M. W. **Brasil ano 2000**: uma nova divisão de trabalho na educação. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2000.
- NEVES, Lúcia Maria Wanderley Neves. A sociedade civil como espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley. (Org.) **A nova Pedagogia da hegemonia - estratégias do capital para educar o consenso**. 1ed.São Paulo: Xamã Editora e Gráfica Ltda., 2005, v. 1, p. 85-126.
- _____. (Org.). **Direita Para o Social e Esquerda Para o Capital**. São Paulo: Xamã, 2010.
- ONU. **Esporte para o desenvolvimento e paz**: em direção à realização das metas de desenvolvimento do milênio; Nações Unidas, 2003. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/arquivos/publicacoes/esporteParaDesenvolvimentoPaz.pdf> Acesso em: 13 de mar. de 2013.
- PERONI, Vera Maria Vidal; FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola.; OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de. Estado e terceiro setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira. **Educação & Sociedade**. v. 30, p. 761-778, 2009. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 30 de ago. 2012.
- PETRAS, James; O papel das ONGs hoje. Terrorismo ou terrorismo: Falsa questão para aqueles que estão aqui pela humanidade. **PUC Viva Revista**. São Paulo, ano 4 n. 15 jan./Marc. 2002.
- RICO, ELIZABETH DE MELO. O Empresariado, a Filantropia e a Questão Social. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n.no.4, p. 60-66, 1997. Disponível em: http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v11n04/v11n04_07.pdf. Acesso em: 23 de ago. de 2012.
- RODRÍGUEZ, Margarita Victoria; FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola.; ALVES, Andréssa Gomes de Rezende; SEVERINO, Jorismary Lescano. Formação e Avaliação de Diretores de Escolas no Âmbito da Parceria entre Municípios e o Instituto Ayrton Senna. **Educere et Educare** (Impresso), v. 5, p. 1-17, 2010.
- SILVA, Carlos Alberto F.; TERRA, Branca Regina C.; VOTRE, Sebastião Josué. O modelo da hélice tríplice e o papel da educação física, do esporte e do lazer no desenvolvimento local. Ver. Brás. **Ciência do Esporte**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 167-183, set 2006.

SOARES, Laura Tavares. Prefácio da sexta edição de Terceiro Setor e Questão Social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social. In. **Terceiro Setor e Questão Social: Crítica ao padrão**

emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2012.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Missão, objetivos e princípios.** s/d. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br>>. Acesso em dez. de 2012.

SPORTS OF THE THIRD SECTOR POLICIES IN THE STATE OF MATO GROSSO DO SUL: an analysis of banner project stream

ABSTRACT

This article aims to discuss the role of the Third Sector in the policies of sport and leisure in the state of Mato Grosso do Sul (MS) especially in the partnership between the Federal University of MS with Instituto Ayrton Senna, which resulted in the Project "Stream Flag". The research method is dialectical historical materialism. It is considered that public policy in sports performed by the third sector are fragmented and focused actions, which are used mainly precarious work of students of physical education.

Keywords: Third Sector; Policies sport leisure; state; Physical Education

DEPORTES POLÍTICAS DE TERCER SECTOR EN EL ESTADO DE SUL MATO GROSSO: un análisis de la bandera arroyo del proyecto

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo discutir el papel del Tercer Sector en la política del deporte y la recreación en el estado de Mato Grosso do Sul (MS), a través de la colaboración entre la Universidad Federal de MS y el Instituto Ayrton Senna, que se tradujo en Proyecto "Bandera Stream". El método de investigación para lograr el objetivo propuesto es el materialismo histórico dialéctico. Parece que las políticas públicas en el deporte que realiza el tercer sector están fragmentados y acciones que utilizan de trabajo precario, principalmente de los estudiantes de educación física enfocados.

Palabras clave: Tercer Sector; Políticas del deporte del ocio; Estado; Educación Física
